

Perspectivas de desenvolvimento local dos pequenos produtores de leite do município de Campo Grande-MS (ago/2001 - ago/2002)

Local development perspectives for milk small producers in Campo Grande City, Mato Grosso do Sul State – Brazil (Aug. 2001 - Aug. 2002)

Perspectives de développement local pour les petits producteurs de lait de la ville de Campo Grande, État du Mato Grosso do Sul – Brésil

Perspectivas de desarrollo local de los pequeños productores de leche del municipio de Campo Grande-MS (ago/2001 - ago/2002)

Rosirene Reggiori Pereira Caldas*
Antonia Railda Roel**

Recebido em 14/06/2005; revisado e aprovado em 19/08/2005; aceito em 31/01/2006.

Resumo: O presente trabalho teve como principal objetivo diagnosticar a pequena produção primária leiteira do município de Campo Grande, MS, da produção à comercialização, em face da regulamentação de novas normas para a captação, armazenamento, transporte e industrialização do produto sob o enfoque do desenvolvimento local. Consistiu na análise de dados de uma pesquisa desenvolvida na área rural do Município pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico (SEDEC), durante o período de agosto de 2001 a agosto de 2002. O diagnóstico demonstra que a atividade leiteira para os pequenos produtores do Município é de extrema importância na composição da renda mensal, mesmo apresentando uma reduzida produtividade, qualidade e baixo poder de negociação. Na interação entre o perfil do pequeno produtor de leite e a nova legislação regulamentada pelo governo, constatou-se que, o segmento não dispõe de condições estruturais e financeiras propícias à adoção das inovações tecnológicas propostas.

Palavras-chave: Pequeno produtor de leite, legislação leiteira, desenvolvimento local.

Abstract: The main objective of this work is to diagnosis the milk small primary production at the city of Campo Grande, MS, from the production to the commercialization, in face of the regulation of new rules for capitation, storage, transport and industrialization of the product, under the approach of the local development. It's based on the research analysis of data, developed in the agricultural area of the City for the Municipal Department of Economic Development (SEDEC), during the period of August, 2001 to August, 2002. The diagnosis demonstrates that the milk activity for the small producers of the City is very important in the composition of the monthly income, in spite of the reduced productivity, quality and low power of negotiation. In the interaction between the profile of the small milk producer, and the new legislation regulated for the government, it is evideny that the segment does not make use of propitious structural and financial conditions to the adoption of the technological innovations proposals.

Key words: Small milk producer, milk legislation, local development.

Resumé: Le travail présenté dans cet article a pour objectif principal la réalisation d'un diagnostic sur la petite production laitière de la ville de Campo Grande, MS, en partant de la production jusqu'à la commercialisation, en fonction des nouvelles normes pour la collecte, stockage, transport e industrialisation du produit, sous la vision du développement local. La recherche a été réalisée à partir de données obtenues para le Secrétariat Municipal de Développement Economique (SEDEC), durant la période d'août 2001 à août 2002. Le diagnostique démontre, pour les petits producteurs de la ville, l'activité laitière est d'une très grande importante dans la formation de leurs revenus mensuels, même si la productivité et la qualité sont très faibles. L'interaction entre le profil du producteur laitier et les nouvelles normes adoptées par le Gouvernement, il a été constate que le segment ne dispose pas des conditions structurelles et financières suffisantes pour l'adoption des nouvelles technologies proposées.

Mots-clés: Petit producteur laitier; législation laitière; législation brésilienne; développement local.

Resumen: El presente trabajo tuvo como principal objetivo diagnosticar la pequeña producción primaria lechera del municipio de Campo Grande, MS, de la producción a la comercialización, en faz de la reglamentación de nuevas normas para la captación, acopiamiento, transporte e industrialización del producto bajo el enfoque del desarrollo local. Consistió del análisis de datos de una pesquisa desarrollada en el área rural del Municipio, por la Secretaría Municipal de Desarrollo Económico (SEDEC), durante el período de agosto de 2001 a agosto de 2002. El diagnóstico demuestra que la actividad lechera para los pequeños productores del Municipio es de extrema importancia en la composición de la renta mensual, aún presentando una reducida productividad, calidad y bajo poder de negociación. En la interacción entre el perfil del pequeño productor de leche y la nueva legislación reglamentada por el gobierno, se constató que, el segmento no dispone de condiciones estructurales y financieras propicias a la adopción de las innovaciones tecnológicas propuestas.

Palabras-claves: Pequeño productor de leche; legislación Lechera; desarrollo local.

* Mestre em Desenvolvimento Local. (rosirenereggiiori@aol.com)

** Doutora em Engenharia Agrônômica, Professora do Mestrado em Desenvolvimento Local da Universidade Católica Dom Bosco. Av. Tamandaré 6000, CEP 79117900, Tel.: 673312-3596. Campo Grande-MS. (arroel@ucdb.br).

No Brasil a política de modernização da agricultura, que teve seu auge na década de 1970, esteve associada à implantação e expansão do complexo agro-industrial favorecendo no aumento da produção e da produtividade agrícola, porém, o uso inadequado da mecanização e dos insumos químicos e biotecnológicos aliados à má distribuição do crédito rural provocaram impactos negativos tanto ao meio ambiente quanto à sociedade e, principalmente, à pequena propriedade familiar. Dessa forma, a produção e a produtividade do setor agrícola passaram a apresentar desigualdades regionais, sendo que, no caso do setor produtivo leiteiro, observa-se que a atividade concentrou-se nas propriedades especializadas das regiões Sul e Sudeste do país.

Dados recentes da pecuária brasileira demonstram a eficácia econômica do agromercado do leite no ano de 2000, que medida pelo valor bruto da produção pecuária correspondeu a 19%, ficando atrás somente do valor da produção da carne bovina. Além disso, destacam-se outros fatores relacionados à grande importância da atividade leiteira e seus derivados como o aspecto social decorrente da geração de emprego e renda, principalmente, aos agricultores familiares e o valor nutricional do alimento. Entretanto, do ponto de vista organizacional, tecnológico e gerencial, a pecuária de leite, no Brasil, ainda é muito frágil, apresentando reduzida competitividade e lucratividade da produção primária.

Conforme dados do FIBGE (1999), o estado de Mato Grosso do Sul possui 433.524 cabeças de vacas e produz 409 milhões de litros de leite/ano, sendo que as três maiores bacias leiteiras em volume de produção são: Bolsão, Campo Grande e Glória de Dourados. A produção média de litros/vaca/ano nestas bacias leiteiras perfaz 970,23 litros/vaca/ano, enquanto que as demais cinco regiões de Mato Grosso do Sul somam 914,57 litros/vaca/ano.

Uma pesquisa realizada pela EMPAER/MS (2000), constatou que quase 50% da produção de leite sob inspeção no Estado é exportada, principalmente, para os estados de São Paulo e Paraná de forma *in natura*, ou seja, sem passar por processos industriais que angariariam lucros e rentabilidade ao segmento produtivo.

Além disso, os produtos industrializados derivados do leite consumidos no Estado são em grande parte oriundos de outros mercados produtores vizinhos, isto, devido à insuficiente competitividade da produção industrial que não possui capacidade para atender o mercado interno e exportar. Mas as indústrias de lácteos em Mato Grosso do Sul exportam, principalmente, queijos para outros Estados (DFA/MS, 2001).

Particularmente, o município de Campo Grande apresenta-se como a segunda maior bacia leiteira em volume de produção e a quinta em produtividade de litro/vaca/ano (FIBGE/1999). Segundo dados da EMPAER/MS (2000), a produção *in natura* ou industrializada está voltada a suprir, basicamente, as necessidades de abastecimento interno do Município, sendo que nos períodos de seca responde por 89,64% do total comercializado e, nos períodos das águas, corresponde a 87,89%.

Entretanto, vale ressaltar que, observa-se que os preços pagos pelas indústrias de laticínios à produção local são baixos, o que leva muitos produtores a praticarem o comércio clandestino ou “de canequinha” como forma de obtenção de maiores lucros e alternativa de se manterem na atividade.

Neste sentido, a partir do início da década de 1990, o segmento da cadeia produtiva do leite, no Brasil, vem passando por transformações com o propósito de desenvolver um ambiente competitivo frente à concorrência externa e interna, e foram estimuladas pela liberação do preço do leite em 1991, abertura comercial ao mercado internacional e ao Mercosul, estabilidade da economia com o Plano Real, aumento da demanda dos mercados por produtos de alta qualidade e mudança do ponto de referência do preço do leite para o leite longa vida (UHT).

Frente às atuais condições mercadológicas e ao fato do recente avanço da atividade leiteira para o Centro-Oeste, o estado de Mato Grosso do Sul apresenta-se como uma região de considerável potencial de desenvolvimento da cadeia produtiva do leite, necessitando de uma reestruturação do setor com enfoque nas características e cultura dos segmentos de produtores visando tornar a atividade atrativa economicamente e em padrão de qualidade dos produtos lácteos.

A baixa competitividade apresentada pela produção leiteira de Campo Grande e a necessidade de adequação do setor ao Programa Nacional de Melhoria da Qualidade do leite - PNMQL, que prevê novas normas para captação, armazenamento, transporte e industrialização do produto, torna-se alvo de discussão dos órgãos competentes em torno dos obstáculos para a modernização do setor.

Desta forma, ao longo do texto, pretende-se diagnosticar a pequena produção primária leiteira do município de Campo Grande-MS, da produção à comercialização, em face da nova legislação sob o enfoque do desenvolvimento local. Diante dos dados coletados, objetiva-se localizar os empecilhos bem como as potencialidades da comunidade local propondo alternativas de solução aos problemas específicos dos pequenos produtores com vistas a ampliar a capacidade produtiva do rebanho leiteiro e a lucratividade da produção a partir do aproveitamento dos recursos disponíveis possibilitando a permanência do homem no campo e o desencadeamento de ações inovadoras em busca do desenvolvimento do meio rural.

Desenvolvimento local

A necessidade de novas formas de organização do planejamento para o desenvolvimento econômico frente ao novo cenário mundial, que clama pela necessidade de aumento da remuneração do produto, orienta-se por uma descentralização político-administrativa e busca por meio da cooperação entre o setor público e a sociedade civil desenvolver meios alternativos inovadores para a promoção do desenvolvimento territorial.

Segundo Albuquerque (1998), somente a partir dos anos setenta e oitenta, na Europa, com a crise do modelo de desenvolvimento fordista foi que se intensificou a busca de informações referentes às iniciativas do processo de desenvolvimento econômico local. No caso brasileiro, a história é mais recente e data a partir da última década.

Porém, é fato que das definições, até o momento, delineadas para o desenvolvimento local constata-se a convergência num único objetivo que é o da melhoria nos níveis de bem-estar social e de qualidade de vida por

intervenção da mobilização e valorização dos recursos endógenos (humano, institucional, econômico, ambiental e cultural).

O processo de desenvolvimento local de forma antagônica aos modelos de desenvolvimento, até então, propostos baseia-se pelo mecanismo de democracia participativa celebrada entre o setor público, o setor privado e a comunidade para a identificação dos problemas e das potencialidades locais, bem como, no planejamento e execução das atividades.

Franco (1999, p.183) argumenta que na ausência de interação e consenso por parte da sociedade o desenvolvimento local se inviabiliza e desconstitui:

O desenvolvimento local integrado e sustentável pressupõe a combinação de esforços exógenos e endógenos, governamentais e não-governamentais, públicos e privados. Não haverá desenvolvimento local integrado e sustentável sem a participação da sociedade. Sem essa participação, o próprio conceito se desconstitui.

O acesso ao conhecimento por intermédio da educação, capacitação e informação constitui-se num fator estratégico para o alcance do desenvolvimento local na medida em que promove o desenvolvimento do capital humano. A fragilidade e a incipiência dos atores locais, públicos e privados, em relação à sua articulação e ao planejamento, execução e acompanhamento das iniciativas para a criação de atividades produtivas inovadoras carece da atuação de um agente externo que atue como agenciador/intermediador da formação e educação da comunidade com vistas ao desenvolvimento.

Agricultura familiar e desenvolvimento rural

Segundo Abramovay (1997), a agricultura familiar refere-se àquela em que a gestão, a propriedade e a maior parte do trabalho são oriundos de indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou de casamento. Nos estabelecimentos familiares as decisões sobre o que e como produzir não são determinadas apenas pela lógica do mercado, mas, também, por outras lógicas, que visam atender as variadas necessidades e objetivos da família, nem todas vinculadas à renda da unidade produtiva (PASSINI, 1999).

No cenário econômico nacional, verifica-se que o Brasil apostou exclusivamente no desenvolvimento baseado nas capacidades produtivas de exploração individual e na concentração dos meios de produção da agricultura patronal, não vislumbrando a importância e as vantagens da agricultura familiar na produção agropecuária pela sua acentuada diversificação e flexibilidade do processo decisório.

Soares (2001), em seu trabalho sobre a multifuncionalidade da agricultura familiar, destaca a importância do segmento na produção de alimentos, distribuição de renda e geração de empregos para a garantia da segurança alimentar. Com base nos dados do Censo de 1995/96 (FIBGE) demonstra que os agricultores familiares produzem 24% do Valor Bruto da Produção Agropecuária Nacional (VPB) da pecuária de corte, 54% da pecuária de leite, 58% dos suínos, 40% das aves e ovos, 33% do algodão, 72% da cebola, 67% do feijão, 97% do fumo, 84% da mandioca, 49% do milho, 32% da soja, 46% do trigo, 58% da banana e 25% do café.

Entretanto, ressalta que grande parte da insegurança alimentar do Brasil decorre da inviabilização da agricultura familiar pela falta de linhas de crédito adequadas, falta de infra-estrutura de produção e comercialização e, inexistência de políticas públicas de saúde e educação o que vem provocando o empobrecimento e a expulsão dos agricultores familiares do campo.

Segundo Paschoal (1994), com o passar do tempo e o evoluir da crise econômica mundial, os custos da produção agrícola tornaram-se impraticáveis, diminuindo a margem de lucro dos produtores e elevando excessivamente o preço dos alimentos aos consumidores, comprovando que o modelo de agricultura industrializada é ecológica, social e economicamente inviável. Neste modelo industrializado da agricultura, a distribuição da renda agrícola se processa de maneira desigual, na qual 66% dos lucros são para as indústrias de insumos e máquinas, 19% para o comércio e somente 11% dos lucros destinam-se aos produtores rurais, de acordo com Ari de David citado por Roel (2002).

Desta forma, coloca-se a importância da elaboração de um plano de desenvolvimento rural ajustado às vocações econômi-

cas, sociais, culturais e ambientais específicas das distintas regiões e propriedades.

O processo de desenvolvimento sustentável deve partir do potencial ambiental, cultural, econômico e social local. Para isto, a mobilização, a organização e o comprometimento dos indivíduos da agricultura familiar em articulação com a esfera governamental e entidades não governamentais afins é imprescindível para a formulação, implementação, efetivação e continuidade de políticas de desenvolvimento rural, pois este segmento apresenta uma identificação com o território a que pertence e possui características, problemas e aspirações comuns que se asseguradas propiciarão o desenvolvimento do conjunto da população.

Neste sentido Dowbor (1995), argumenta que é necessário desenvolver a produtividade social promovendo o uso racional dos recursos de uma determinada comunidade, que na ótica do desenvolvimento local refere-se à melhora da produtividade conjunta. Para isso, são necessárias ações articuladas entre as classes sociais dos segmentos econômicos urbanos e rurais.

Cooperativismo e associativismo

O cooperativismo e o associativismo são formas de organização social diferenciadas que tem como objetivo principal a melhoria na qualidade de vida da coletividade, a partir do engajamento e participação dos indivíduos associados.

No meio rural as diversas associações de produtores rurais são organizadas para a realização de trabalhos de produção e comercialização de mercadorias, enquanto que as cooperativas de produtores rurais organizam-se em busca do aperfeiçoamento do processo de produção e da maior rentabilidade do produto pela venda direta ao consumidor (SEBRAE, 1997).

Estes instrumentos de integração e parceria, desde que bem geridos, são apontados aos produtores rurais da agricultura familiar como formas de organização administrativa para obterem poder representativo de participação em conselhos, comissões, comitês, entre outros, e de reivindicação junto aos mercados para vencerem dificuldades que não conseguiriam isoladamente.

Mudanças na legislação da pecuária leiteira

O Ministério da Agricultura e do Abastecimento com vistas à “modernização da atividade leiteira” propõe a implantação do Programa Nacional de Melhoria da Qualidade do Leite - PNMQL, através da Portaria nº 56 de 07 de dezembro de 1999, que prevê mudanças nas normas de coleta, armazenamento, transporte e industrialização da produção; a capacitação da mão-de-obra e a disponibilização de recursos de infra-estrutura e financeiros com prazos e juros compatíveis com a atividade.

As principais inovações e mudanças propostas pela Portaria referem-se a obrigatoriedade do resfriamento do leite nas propriedades, o transporte a granel até a plataforma da indústria de laticínios e o estabelecimento de novos critérios para o controle da qualidade a partir da realização de testes de alizarol, crioscopia, microorganismos, teor mínimo de proteínas, contagem padrão em placas e contagem de células somáticas.

A nova legislação visa, também, a gradativa substituição do leite tipo C, que representa 95% da produção nacional, pelo chamado leite cru refrigerado, quando no estado de cru, e leite pasteurizado quando envasado após tratamento térmico o qual terá as mesmas exigências do atual leite tipo B. Assim sendo, haverá uma redução na tipificação do leite pela fusão do leite pasteurizado com o leite tipo B.

Conforme definido pela Instrução Normativa nº 51 de 18 de setembro de 2002, essa nova legislação deverá vigorar a partir de julho de 2005, nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, e em julho de 2007, nas regiões Nordeste e Norte, o que representará um marco a todos os elos da cadeia produtiva.

Entretanto, a referida Portaria nº 56 não vem ao encontro às diretrizes do desenvolvimento local, pois assim como as políticas públicas, até então, vigentes, esta é mais uma lei imposta de cima para baixo a todo o segmento, sem respeitar as características específicas das distintas regiões e propriedades.

As novas exigências previstas e os prazos para a sua adoção ameaçam a exclusão dos produtores familiares do mercado, em face da inexistência de medidas e recursos

condizentes ao perfil do segmento para a adequação às novas normas, e favorece exclusivamente aos grandes empreendimentos produtores e agroindustriais relacionados à cadeia produtiva do leite.

Metodologia

Definido que a comunidade alvo seria os pequenos produtores de leite do município de Campo Grande e apoiando-se numa pesquisa executada em parceria pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico/PMCG, Sindicato Rural de Campo Grande e Universidade para o Desenvolvimento do Estado e da Região do Pantanal - UNIDERP, na área rural do Município, a qual utilizou-se de um formulário estruturado que apurou informações referentes à identificação do produtor e do entrevistado, identificação da propriedade, caracterização da produção e comercialização de leite, alimentação do gado leiteiro, rebanho e manejo, composição da propriedade, atividades exercidas na propriedade, caracterização da pecuária, estrutura física da propriedade, expectativas e dificuldades em relação à atividade e perfil do entrevistado, foram separados os dados referentes à produção total de leite, e, destes, foram classificadas e extraídas as propriedades e produtores alvo de acordo com a sua produção média diária na época das águas. Para a separação dos 771 (setecentos e setenta e um) pequenos produtores utilizou-se a classificação segundo Silva (1996, p.8), que os agrupa entre os produtores de leite com produção média diária até 55 (cinquenta e cinco) litros/dia; os médios produtores de 56 (cinquenta e seis) a 270 (duzentos e setenta) litros/dia e os grandes produtores com média diária de extração acima de 270 (duzentos e setenta) litros/dia.

Os dados foram separados e analisados em função de produção e produtividade, tipo de alimentação e mineralização, utilização de vacinas e tratamento sanitário de endo e ectoparasitas, grau de informação e assistência técnica e comercialização.

Desta forma, foram delineadas informações que possibilitaram o confronto da situação geral dos pequenos produtores de leite do Município em relação ao enfoque teórico do desenvolvimento local frente à

implantação da nova legislação, tendo em vista a apresentação de empecilhos, potencialidades e oportunidades da comunidade-localidade.

Caracterização geral dos estabelecimentos produtores de leite de Campo Grande

Segundo dados do levantamento o município de Campo Grande possui 954 propriedades produtoras de leite, o que equivale a 56,72% do total dos estabelecimentos entrevistados. Observa-se que no período das águas a produção média de litros de leite/dia é maior se comparado ao período de seca, isto, em função da melhoria das pastagens naturais e artificiais ocasionada pelos fatores climáticos favoráveis da época chuvosa. Considerando-se a metodologia de Silva e o total da produção média diária na época das águas, constatou-se que os produtores de leite se classificam como médios produtores em razão da média diária verificada de 64,32 litros.

Os estabelecimentos são geridos por pessoas, normalmente um capataz, desqualificadas e sem treinamento adequado para a tomada de decisões que visem o aumento da produtividade dos animais, pois 60,23% dos proprietários não residem em suas propriedades rurais.

As pastagens artificiais como a *Brachiaria decumbens*, a *B. humidicola* e a *B. brizantha* são predominantes (73,60%) e, somente em 1,08% da área se verifica a presença de pastagens naturais com o capim jaraguá e a grama mato grosso. O cultivo de capineiras como a cana-de-açúcar e o napier é reduzido e representa 1,06% da área total das propriedades.

O rebanho leiteiro é composto de animais cruzados ou enraçados (96,17%), e as principais raças verificadas no cruzamento foram a holandesa, gir, caracu, nelore, simental, pardo suíço e Jersey. Os animais enraçados caracterizam-se pela maior resistência as mudanças climáticas, menor custo de alimentação animal e garantia no abastecimento de carne e leite.

No geral, as propriedades não dispõem de instalações físicas adequadas para o manejo adequado do gado leiteiro e não empregam a segunda ordenha e nem a or-

denha mecânica para aumento da produtividade do leite.

Quanto a mão-de-obra empregada, observa-se que o trabalho remunerado representa 64,94% do total, entretanto, constata-se que a utilização da mão-de-obra familiar nas atividades rurais, principalmente, pelos pequenos estabelecimentos, complementa e até mesmo substitui a assalariada. Dessa forma, e referindo-se a definição de Abramovay (1997) a respeito da agricultura familiar, ou seja, aquela em que se utiliza a força de trabalho de indivíduos que possuem laços de sangue ou de casamento, conclui-se que os pequenos produtores de leite do Município classificam-se como produtores familiares.

O baixo acesso a crédito bancário também foi apontado pelos estabelecimentos entrevistados, o que conforme Burke e Molina Filho (1988) é característico da unidade produtiva camponesa.

Situação geral dos pequenos produtores de leite de Campo Grande

Ao procedermos a separação dos dados referentes aos pequenos produtores de leite procurou-se identificar, quantitativa e qualitativamente, as características peculiares à produção no intuito de se traçar um perfil geral para este segmento.

Conforme o levantamento, o montante de vacas leiteiras dos pequenos produtores é de 15.241 cabeças e equivale a 78,70% do total apresentado por todas as propriedades que exploram a pecuária de leite, atingindo um volume médio de produção, na seca e nas águas, de 11.729 litros/dia. Os setores que apresentam maior produção diária de litros de leite são: o setor 1 localizado entre as rodovias BR 163 e MS 010, o setor 2 entre a MS 010 e CG 040, e o setor 7 referente às propriedades que se localizam entre a BR 163 e BR 262, setores estes que ficam próximos do centro consumidor.

A produtividade animal média é inferior a 1 litro de leite/vaca/dia. Isto permite-nos comprovar que o maior volume de leite produzido no Município dá-se com o manejo de gado de baixo grau de especialização e enfatiza a necessidade de cursos de capacitação de órgãos de extensão rural e de acesso a financiamentos adequados.

Alimentação e suplementação do rebanho

Com relação à alimentação do gado leiteiro os pequenos produtores adotam uma dieta durante o ano todo à base de pastagem/campo. O suplemento concentrado mineral aparece como um segundo item da dieta alimentar animal, sendo empregada por 96,61% dos estabelecimentos. Durante o período da seca verifica-se o emprego de volumosos e concentrados no cocho como suplementação à dieta alimentar.

Dentre os volumosos, a forragem verde que se refere às variadas espécies capineiras e, especialmente, a cana-de-açúcar e o napier, foram apontadas como a principal forma de suplementação implementada nas fazendas, sendo seguida, em menor proporção pela silagem e o feno.

A adoção de outros concentrados na alimentação suplementar dos animais é pouco relevante e baseia-se no sal comum, nas rações formuladas no comércio e nas rações com fórmulas especiais preparadas nas propriedades leiteiras.

Observa-se que os cuidados para o abastecimento de suplementação mineral nos cochos não atende às exigências nutricionais dos animais e, que em aproximadamente 51% (um terço) das propriedades a frequência na reposição é semanal.

Os métodos alimentares praticados na maioria dos estabelecimentos (68,97%) foram escolhidos pelos próprios proprietários que justificaram terem conhecimentos e ou vivência na área rural para a adoção de iniciativas.

Vacinas e tratos sanitários do rebanho

Considerando que o sistema de criação de gado no município de Campo Grande é, predominantemente, o extensivo, as medidas de precaução sanitária e higiênica do rebanho leiteiro foram apuradas com vistas a avaliarmos a incidência da utilização de produtos químicos e utensílios adequados para a extração do leite.

Os resultados obtidos quanto à vacinação contra a febre aftosa e o carbúnculo demonstram que a maioria dos pequenos produtores adota estas práticas, e que, também, realizam testes para o diagnóstico da brucelose.

Conforme os dados a prevenção da aftosa é realizada por 99,48% dos proprietários, a do carbúnculo por 75,59% destes, e, o índice na adoção de testes para diagnóstico da brucelose foi de 60,05%. Além das vacin角度ões contra a aftosa e o carbúnculo foi verificado que o controle da raiva herbívora é praticado em 33,03% dos estabelecimentos.

A vermifugação e o controle de ectoparasitas como o carrapato, o berne e a mosca do chifre são práticas de sanidade animal predominante nas fazendas leiteiras, conforme disposto.

Verifica-se que a técnica da vermifugação é adotada por 89,40% dos estabelecimentos e vem sendo realizada na maioria dos casos duas vezes ao ano. O controle de carrapato e berne é quase que absoluto (97,65%) nas propriedades, assim como, a prevenção contra a mosca do chifre (97,52%).

Também, em se tratando de saúde animal do rebanho leiteiro, o registro de casos de mastite não foi apontado entre as vacas leiteiras, no qual 74,74% dos proprietários afirmaram nunca terem sofrido com o problema.

Nas fazendas dos pequenos produtores de leite foi constatado que ao menos um método de prevenção higiênica é adotado na ordenha. Entretanto, revela que as práticas de higiene mais comuns são insatisfatórias.

Em relação aos utensílios utilizados para a coadura do leite tem-se que a peneira é empregada em 55,50% dos estabelecimentos, enquanto que, em 51,70% é utilizado o pano como filtro. A limpeza do úbere da vaca na hora da ordenha é verificada em apenas 41,75% das fazendas e, a limpeza adequada dos utensílios envolvidos na extração de leite, antes e após serem utilizados, é realizada por 62,30% dos produtores.

Resumidamente, os dados referentes à prevenção sanitária do rebanho leiteiro dos pequenos produtores apresentam índices gerais satisfatórios, enquanto que os resultados da adoção de métodos para a higiene na ordenha ainda são precários.

Assistência técnica

Dispondo o Município de órgãos, governamentais e não-governamentais, relacionados às atividades rurais e que prestam assistência técnica, observou-se que, os ser-

viços são insuficientes e não atingem a maioria dos produtores de leite.

Os dados demonstram que o acompanhamento da sanidade animal do rebanho é realizado pelos próprios proprietários ou empregados em 61,20% das fazendas; a assistência técnica privada é disponibilizada por 30,67% dos proprietários e, somente 8,13% dos entrevistados utilizam a assistência técnica governamental.

Dentre as entidades governamentais que disponibilizam assistência técnica aos entrevistados as mais atuantes a nível estadual foram o IAGRO e o IDATERRA, e, a nível municipal a SEDEC.

Comercialização do leite

A atividade leiteira, no Brasil, sempre representou uma fonte de renda segura aos pequenos produtores que comercializam sua produção. Entretanto, a prática comercial do leite produzido nas fazendas leiteiras de Campo Grande demonstra um baixo índice.

Conforme os resultados, a grande maioria dos pequenos produtores, ou seja, o equivalente a 64,07% do total, não vende o leite extraído em suas fazendas e, daqueles que praticam o comércio da produção verifica-se que 93,50% entregam o leite na sua forma *in natura* ou cru.

Os baixos níveis verificados na adoção de mecanismos para a agregação de valor ao comércio do leite *in natura*, como o resfriamento e a pasteurização, limitam o aumento da rentabilidade ao produtor que não pode armazenar o produto por não possuir equipamentos adequados de tratamento térmico para a sua conservação.

Entretanto, verifica-se que a maior parte dos produtores emprega o leite na fabricação de produtos derivados que apresentam maior resistência aos fatores climáticos e maiores preços para a comercialização, dentre os quais o queijo possui produção em larga escala (95,82%).

Os potenciais compradores do leite *in natura* comercializado pelos pequenos produtores foram apontados como sendo as indústrias de laticínios e os consumidores domiciliares.

Face ao exposto, se as regras para a produção do leite forem alteradas e manti-

das conforme o estipulado pela Portaria 56, os pequenos produtores tenderão a desaparecer, pois suas condições de competir no mercado são limitadas.

Empecilhos, potencialidades e oportunidades

A pecuária leiteira para os agricultores familiares é uma atividade que sempre esteve presente em seu contexto histórico, nunca deixando de existir, mesmo com as adversidades das propostas de políticas agrícolas de desenvolvimento que lhe conferiram uma interpretação de estratégia econômica declinante. Isto se justifica porque os pequenos produtores de base familiar exploram suas culturas não apenas com vistas à obtenção de lucros, mas, também, e principalmente, pela necessidade de suprir as distintas carências para a subsistência da família.

Do ponto de vista do desenvolvimento local, conforme assinalado por Dowbor (1993), as decisões que se tomam longe do cidadão correspondem muito pouco às suas necessidades e aspirações. Neste estudo, se observa o mencionado acima, quando consideramos que a imposição da nova legislação à pecuária leiteira não foi pautada nos interesses coletivos dos diferentes segmentos de produtores e das diversas regiões do país. O Programa Nacional de Melhoria e Qualidade do Leite - PNMQL foi elaborado e redigido, particularmente, sob a ótica dos grandes empreendimentos produtores e industriais relacionados à cadeia produtiva do leite não prevendo medidas ajustadas ao perfil dos pequenos produtores consistindo num fator de exclusão econômica e social deste segmento.

Desta forma, serão apresentados, inicialmente, os obstáculos para o desenvolvimento da comunidade-localidade alvo deste estudo, conforme o exposto abaixo:

- ✓ Observa-se que a Portaria 56 não prevê a disponibilização de linhas de crédito específicas aos pequenos produtores, com juros e prazos de carência favoráveis, para que os mesmos possam investir e custear as tecnologias que tornem competitivos os seus sistemas de produção.
- ✓ Outra questão da nova lei que reforça a necessidade de financiamentos adequa-

- dos às especificidades do pequeno produtor local, para a adequação da atividade aos padrões de qualidade e competitividade, é a exigência da adoção de equipamento para acondicionamento térmico do leite nas fazendas. A proibição imposta ao armazenamento da produção em tanques de expansão comunitários se estabelece como um impedimento ao desenvolvimento local, pois restringe a aptidão para iniciativas associativas/cooperativistas e aumenta a tendência de exclusão econômica e social dos pequenos produtores que terão poucas condições de competir no mercado.
- ✓ A reduzida exploração da atividade leiteira pelos estabelecimentos rurais que se localizam em áreas longínquas do centro urbano do Município devido à dificuldade no escoamento da produção.
 - ✓ O baixo nível de qualificação da mão-de-obra disponível nos estabelecimentos de pequena produção leiteira do município compromete as iniciativas para a evolução da localidade na medida em que os trabalhadores desconhecem e não estão capacitados para fazerem um bom emprego das inovações que lhes estão sendo estabelecidas visando a garantia da melhoria da qualidade do produto.
 - ✓ A insuficiente oferta de trabalhos efetivos e adequados de extensão rural, de pesquisas e assistência técnica de órgãos governamentais locais, acarretada pela desativação do órgão de pesquisa e extensão rural (EMPAER-MS) e inexistência de uma secretaria municipal de agricultura e pecuária. Atualmente, o pequeno produtor rural do Município dispõe apenas de dois órgãos que prestam assistência técnica governamental: o IDATERRA (estadual) e a SEDEC (municipal), através do departamento de agropecuária.
 - ✓ A falta de informações mercadológicas favorecendo a produção voltada apenas para a subsistência e a comercialização de maneira pouco satisfatória do excedente.
 - ✓ A inexistência de pontos de venda da produção *in natura* e industrializada artesanalmente pela pequena propriedade em centros consumidores de outras localidades, estimulando a competitividade dos mercados e possibilitando maior poder de negociação e remuneração aos produtores.
 - ✓ Baixa qualificação e aplicabilidade de métodos higiênicos corriqueiros na ordenha das vacas leiteiras, comprometendo a qualidade da produção.
 - ✓ A escassa tradição associativista existente na área rural de Campo Grande somada às dificuldades na formação de gestores e à dinamização dos associados são evidentes limitadores de iniciativas que tenham sua centralidade no âmbito exclusivamente local.
- A partir do levantamento dos dados e com base no referencial teórico, foram identificadas, também, as potencialidades e oportunidades para o desenvolvimento local dos pequenos produtores de leite que são sugeridas a seguir:
- ✓ Capital social – o fomento ao fortalecimento do capital social responsável pela pequena produção de leite antes de se promover o crescimento da atividade da pecuária leiteira; ou seja, dotar as populações rurais das prerrogativas necessárias a que sejam elas os protagonistas centrais da construção do desenvolvimento local sustentável.
 - ✓ Sistema integrado de produção – o predomínio do sistema extensivo de criação a pasto e a utilização de gado mestiço são fatores que determinam a interação na produção de carne e leite dos estabelecimentos familiares do município e proporcionam a competitividade da atividade sob o ponto de vista de custo e qualidade. A ênfase para a exploração de gado de dupla aptidão (leite e corte) aliada a outras atividades agropecuárias como a agricultura, horticultura, avicultura, dentre outras, implicando na diversificação produtiva de criação de animais e alimentos de qualidade pelos pequenos produtores e na garantia da segurança alimentar da sociedade local.
 - ✓ Tecnologias de baixo custo – a difusão do emprego de estratégias de natureza técnica de baixo custo, como, por exemplo, a melhoria dos sistemas de produção de forragens para a solvência da sazonalidade na produção de leite na época seca do ano, conforme averiguado pelo levantamento.

- ✓ Vacinas e tratamento de endo e ecto parasitas – a conscientização do pequeno produtor em relação à adoção de métodos para a garantia do controle da sanidade animal, devido à constatação de elevada aplicabilidade de vacinas e tratamentos
- ✓ Pequena indústria rural – o estímulo aos empreendimentos industriais artesanais de pequeno porte existentes e a maior mobilização dos atores locais na agregação de valor à produção primária do leite na fabricação de derivados lácteos como queijos, doces, rapaduras, entre outros, podem se constituir em fatores de dinamização do desenvolvimento econômico e social dos pequenos produtores possibilitando uma melhor remuneração pela comercialização de produtos diferenciados de qualidade e a prestação de serviços no mercado formal.
- ✓ Associativismo e cooperativismo – o fortalecimento da livre organização associativa ou comunitária existente visando a otimização dos lucros provenientes da compra de insumos e da comercialização da produção de maneira coletiva. Dessa forma, os pequenos produtores poderão aprimorar e/ou organizar novos sistemas condominiais de coleta e transporte de leite resfriado que garantirá a redução do custo do frete e, cooperativas de produtores e associações comunitárias ou de produtores possibilitando maior poder de reivindicação para a obtenção de serviços públicos e privados, para a melhoria dos preços na comercialização da produção e a formação de nichos de mercado.
- ✓ Associação do trabalho e da gestão – a ênfase na interação entre o trabalho e a gestão administrativa por membros da família nos estabelecimentos rurais de pequena produção de leite possibilitando a maior flexibilidade nas decisões do processo produtivo, o que é característico da empresa familiar.
- ✓ Demanda por produtos lácteos – a produção de leite e de derivados lácteos dos pequenos produtores possui uma procura constante por empresas de laticínios, intermediários e consumidores via direta no âmbito do Município. Promovendo a melhoria na qualidade da produção estimula-se a possibilidade de conquista de novos mercados.

Neste sentido, para que estas potencialidades sejam efetivadas é imprescindível uma redefinição da atuação governamental e dos órgãos competentes envolvidos pela nova legislação referente à melhoria da qualidade do leite, contemplando as reais necessidades e aspirações dos pequenos produtores com relação ao acesso a linhas de crédito diferenciadas, capacitação do trabalhador rural, difusão de informações, garantia à pesquisa agropecuária e assistência técnica local, controle e garantia de preços mínimos dos produtos e estímulo à pequena agroindústria rural tendo em vista à manutenção do homem no campo e à melhoria na qualidade de vida e bem-estar da sociedade.

Também, coloca-se que a coibição na comercialização dos produtos lácteos que não atenderem as especificações de qualidade e sanidade previstas pela Portaria 56, somente ocorrerá desde que não se estabeleça uma maior organização e articulação dos produtores em associações e cooperativas visando a obtenção de poder reivindicatório para tornarem seus sistemas de produção e comercialização competitivos e, assim, vencerem dificuldades que não conseguiriam isoladamente.

Desde que sejam asseguradas essas oportunidades, as condições favoráveis da pequena produção primária de leite serão estimuladas e promoverão ganhos na produtividade do leite, aumento da rentabilidade na atividade, menores riscos e maiores opções de negócios.

Considerações finais

O território rural brasileiro, no decorrer dos últimos anos, vem sofrendo o impacto das políticas de desenvolvimento a partir da inserção de inovações tecnológicas que objetivam o aumento da eficiência e competitividade das atividades agrícolas e pecuárias frente ao mercado globalizado.

Nesse processo de modernização os pequenos produtores de base familiar foram, e continuam sendo, os menos favorecidos e os maiores prejudicados porque não contaram com o apoio político e financeiro das instituições governamentais e de crédito. Entretanto, mesmo tendo sido observada uma considerável expulsão social e econômica de

pequenos produtores rurais do campo para a cidade, muitos ainda sobrevive em condições de extrema pobreza e precariedade.

O apontamento das potencialidades associadas às características da comunidade-localidade e a proposição de oportunidades intentaram subsidiar a orientação para a atuação da esfera governamental e dos atores sociais na elaboração de políticas públicas que favoreçam o desencadeamento do desenvolvimento sustentado do território.

Neste sentido, observou-se a necessidade de mudanças no tratamento das limitações do setor e que deverão ser tomadas pelos órgãos competentes visando proporcionar aos pequenos produtores de leite do Município condições e apoio para tornarem seus sistemas de produção e seus produtos competitivos. Entre as alterações está o acesso a linhas de crédito diferenciadas, com juros e prazos compatíveis ao setor; o controle e a garantia de preços mínimos dos produtos; a garantia de pesquisa e assistência técnica; a difusão de informações; a capacitação do trabalhador rural; o estímulo à pequena agroindústria rural e o fortalecimento da livre organização social.

Referências

- ABRAMOVAY, R. Uma nova extensão para a agricultura familiar. In: *Seminário nacional de assistência técnica e extensão rural*. Brasília: PNUD, 1997. 222 p.
- ALBUQUERQUE, F. *Desenvolvimento econômico local e redistribuição do progresso técnico: uma resposta às exigências do ajuste estrutural*. Traduzido por Antonio Rubens Pompeu Braga. Fortaleza: BNB, 1998. 151 p.
- BNDES. *Mudanças estruturais nas atividades agrárias: uma análise das relações intersetoriais no complexo agroindustrial brasileiro*. Rio de Janeiro: BNDES, 1988.
- BURKE, Thomas Joseph, MOLINA FILHO, José. *Fundamentos teóricos e instrumentos para a assistência técnica a agricultura*. 2. ed. Piracicaba: ESALQ/USP, 1988. 88 p.
- ÁVILA, Vicente Fideles. Pressupostos para formação educacional em desenvolvimento local. *Interações. Revista Internacional de Desenvolvimento Local*, Campo Grande, (1), p.63-76, setembro 2000.
- _____. *Formação educacional em desenvolvimento local: relato de estudo em grupo e análise de conceitos*. Campo Grande: UCDB, 2000. 100 p.
- AZEVEDO, Israel Belo de. *O prazer da produção científica: diretrizes para a elaboração de trabalhos acadêmicos*. 7. ed. Piracicaba: Unimep, 1999. 208 p.
- CAMPOS, J. M. Nogueira de. Preços crescem na compra e descem na venda. *DBO Rural - Anuário de Pecuária de Corte*, São Paulo, (256), p. 88-90, março de 2002.
- CERRI, Cláudio. Eficiência sem preço; quando mais é sinal de menos. *Revista Globo Rural*, São Paulo, (196), p. 35-39, fevereiro de 2002.
- _____. *Demonstrativo da produção de leite e derivados*. Ministério da Agricultura e do Abastecimento - DFA. Campo Grande, 2001.
- DOWBOR, L. *Governabilidade e descentralização*. In: <http://www.ppbr.com.br>. Agosto 1994.
- _____. *O que é poder local*. In: <http://www.ppbr.com.br>. Versão julho 1993.
- _____. *Requisitos para um projeto de desenvolvimento local*. In: <http://www.federativo.bndes.gov.br/dicas/D053>. 1995
- FRANCO, Augusto. A participação do poder local em processos de desenvolvimento local integrado e sustentável. In: DEGENZAJN, Raquel Raichelis; RICO, Elizabeth de Melo (Orgs.). *Gestão social: uma questão de debate*. São Paulo: EDUC/IEE, 1999. p. 175-190.
- FELLET, Vanessa Kraide. Breve histórico da pecuária leiteira nacional. *Boletim do leite*, São Paulo, (85), p. 1-2, abril de 2001.
- FIBGE. *Censo demográfico 2000*. In: <http://www.ibge.gov.br>.
- _____. *Produção da pecuária municipal*. Rio de Janeiro: [s.n.], 2000, p. 7-9. v. 28.
- FONSECA, Luís Fernando Laranja da. *Balanço parcial do setor lácteo em 2001*. In: <http://www.milkpoint.com.br/artigo>. [05/02/02]
- FORTES, Gitâneo. "Efeito gangorra" volta a ameaçar lácteos. *DBO Rural - Anuário de Pecuária de Corte*, São Paulo, (256), p. 78-80, março de 2002.
- _____. Disputa com outras bebidas segue acirrada. *DBO Rural - Anuário de Pecuária de Corte*, São Paulo, (256), p. 84-86, março de 2002.
- GOMES, Sebastião Teixeira. Diagnóstico e perspectivas da produção de leite no Brasil. In: VILELA, Duarte; BRESSAN, Matheus, CUNHA, Aécio S. (Eds.). *Cadeia de lácteos no Brasil: restrições ao seu desenvolvimento*. Brasília: MCT/CNPq; Juiz de Fora: Embrapa Gado de Leite, 2001. p 21-37.
- GONZÁLEZ, Román Rodríguez. La escala de desarrollo: definición y aspectos teóricos. In: *Revista de Desenvolvimento Econômico*, Salvador, (1), p. 5-15, novembro de 1998.
- MARTINS, Gabriela Isla Villar; MARTINS, Cid Isidoro Demarco. Desenvolvimento local: da teoria à prática. In: MARQUES, Heitor Romero; RICCA, Domingos; FIGUEIREDO, Gilberto Porto de; CARPIO MARTÍN, José (orgs.). *Desenvolvimento local em Mato Grosso do Sul: reflexões e perspectivas*. Campo Grande: UCDB, 2001. p.153-180.
- MARTINS, Paulo do Carmo; GUILHOTO, Joaquim José Martins. Emprego e renda no sistema agroindustrial do leite no Brasil. *Boletim do leite*, São Paulo, (86), p. 1-2, maio de 2001.
- Ministério da Agricultura e reforma Agrária - FAO/PNUD. *Principais indicadores sócio-econômicos dos assentamentos de reforma agrária*. Projeto BRA 87/022, janeiro de 1992.

Ministério de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. *Instrução normativa n° 51*. Disponível em: <http://www.leitebrasil.org.br/normas.htm> [25/08/02]

_____. *Leite tipo C será extinto*. Disponível em: <http://www.portalrural.com.br/agroartigos/news.html> [12/08/02]

_____. *Leite brasileiro terá padrão de qualidade internacional, diz Pratini de Moraes*. Disponível em: http://www.extranet.agricultura.gov.br/pls/pubacs_cons [13/09/02]

_____. *Portaria n° 56*. Disponível em: <http://www.milknet.com.br/downloads/>

Portaria56.doc [13/07/02]

PASSINI, João José. *Geração e comunicação de inovações tecnológicas para a agricultura familiar*. 1999. Dissertação (Mestrado) - Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná - CEFET, Curitiba.

PLANURB, Instituto Municipal de Planejamento Urbano e de Meio Ambiente. *Perfil Sócio Econômico de Campo Grande*. 9. ed. Campo Grande, 2002. 150 p.

Rios Estudos e Projetos. *O consumo de leite informal no Brasil*, fev. 2000. Disponível em: <http://www.bebaleite.com.br/materias/tecnica/2000/leiteinformal>. [08/10/01]

SANTOS, Geraldo Tadeu dos; VILELA, Duarte. *Produção leiteira - analisando o passado, entendendo o presente e planejando o futuro*. XXXVII Reunião Anual da SBZ, Viçosa, p. 231- 249, 24 a 27 de julho de 2000.

SEBRAE, Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. In: *Cooperativismo e associativismo - instrumentos de integração, parceria e realização*. Belo Horizonte: SEBRAE/MG, 1997. 84 p.

SILVA, Sebastião. Relatório de pesquisa no complexo produtivo de bacias leiteiras do estado de Mato Grosso do Sul. *Projeto Novas Fronteiras do Cooperativismo*. Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária - MAARA. Brasília, 1996, 49 p.

SOARES, Adriano Campolina. *A multifuncionalidade da agricultura familiar*, dez/fev de 2000/2001. Disponível em: <http://www.grupochoarvi.org/php/doc/documentos/multifuncionalidad.pdf>. [10/01/03]

VILELA, Duarte; BRESSAN, Matheus; CUNHA, Aécio S. (Eds.). *Cadeia de lácteos no Brasil: restrições ao seu desenvolvimento*. Brasília: MCT/CNPq; Juiz de Fora: Embrapa Gado de Leite, 2001. p 9-14.

XAVIER, Antônio José. Modernização do setor produtivo de leite e derivados. *Boletim do leite*, São Paulo, (65), p. 1-2, agosto de 1999.

ZOCCAL, Rosângela; FERNANDES, Elizabeth N. Mudanças na pecuária de leite. *Informe Econômico do Leite*, Juiz de Fora, (1), 4 p., dezembro de 2001.